

## **RESOLUÇÃO Nº 01/CMDCA/ 08 DE ABRIL DE 2019.**

**“Institui Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Brejo do Piauí e dá outras providências.”**

Considerando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA em cumprimento a Lei nº 8.069/90, e Lei Municipal Nº. 147/2019

Considerando a realização do 2º processo de escolha para os conselheiros tutelares do município de Brejo do Piauí/PI.

Considerando o edital 02/2019 que regulamenta a realização do processo de escolha

Considerando o art. 7º parágrafo 1º, letra D, da Resolução nº 170/2014 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta por três fases eliminatórias: inscrição, prova de conhecimento específico e eleição dos candidatos aprovados;

**Art. 2º** Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

I – representantes do CMDCA- Laysse Ribeiro Costa

II - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Nilda Pereira Marques de Novais Silva

III – representante do Poder Público Municipal – Antônio Flavio Pereira de Sousa Amorim.

IV – representante da Sociedade Civil – Jonielson Vieira de Sousa Silva.

§1º A Comissão Especial Eleitoral será presidida pela senhora Laysse Ribeiro Costa e como vice Antônio Flavio Pereira de Sousa Amorim;

§2º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade,

até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§3º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

**Art.3º** Para auxiliar a Comissão serão criadas subcomissões sendo estas compostas por conselheiros titulares ou suplentes, caso seja necessária;

**Art.4º** Compete a Comissão Eleitoral:

§1º Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação municipal;

§2º Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da prova e da votação;

§4º Providenciar a confecção dos materiais necessários para o processo eleitoral, bem como os locais de votação;

§5º Escolher e divulgar os locais de prova e votação;

§6º Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação,

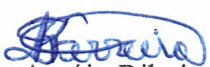
§7º Solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração dos votos;

§8º Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

§9º Resolver os casos omissos.

**Art.2º** - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Brejo do Piauí/PI, 08 de Abril de 2019.



Sandra Araújo Ribeiro Ferreira  
Presidente do CMDCA